

Relações de gênero e luta por moradia segundo a experiência de mulheres do MST-Leste 1

Giovanna Furlan Tozzi

Orientadora: Profa. Dra. Amália Cristovão dos Santos (Escola da Cidade).

Pesquisa: Trabalho de Conclusão de Curso, Escola da Cidade, 2019.

O trabalho busca trazer uma discussão sobre a desigualdade de gênero a partir de uma perspectiva feminista, usando como campo de estudo o movimento de luta por moradia Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 (MST-Leste 1), atuante na cidade de São Paulo. Por meio de estudos teóricos sobre o tema e de entrevistas com mulheres participantes do MST-Leste 1

exploro a problemática das relações sociais de gênero, apresentando algumas das estruturas materiais e simbólicas que as sustentam e como elas se expressam nas condições de vida das mulheres. A partir dessa reflexão, analiso as experiências relatadas pelas entrevistadas como uma prática que possibilita o empoderamento e autonomia dessas mulheres.

Palavras-chave: gênero; movimentos sociais; mulheres.

Gender relations and the fight for housing according to the experience of women from the MST-Leste 1

This article seeks to discuss gender inequality from a feminist perspective using as case study an active housing movement in the city of São Paulo, *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1* (MST-Leste 1). Through theoretical studies on the topic and interviews with the women involved in the MST-Leste 1, the paper explores the issue of social gender relations, presenting some of the material and symbolic structures that support these relations and showing how these structures are reflected on women's living conditions. After that, it analyzes the experiences reported by the interviewees as a practice that enables the empowerment and autonomy of those women.

Keywords: gender; social movements; women.

Relaciones de género y lucha por la vivienda según la experiencia de mujeres del MST- Leste 1

Este trabajo busca plantear una discusión sobre la desigualdad de género desde una perspectiva feminista, utilizando como campo de estudio el movimiento de lucha por la vivienda *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1* (MST-Leste 1), activo en la ciudad de São Paulo. A través de estudios teóricos sobre el tema y entrevistas con mujeres participantes del MST-Leste 1, exploro la problemática de las relaciones sociales de género, presentando algunas de las estructuras materiales y simbólicas que las sostienen y cómo se expresan en las condiciones de vida de las mujeres. A partir de esta reflexión, analizo las experiencias reportadas por las entrevistadas como una práctica que posibilita el empoderamiento y autonomía de esas mujeres.

Palabras clave: género; movimientos sociales; mujeres.

1. APRESENTAÇÃO

As sociedades contemporâneas latino-americanas são injustas e desiguais. Organizadas política, econômica e socialmente pelos interesses do capitalismo e do androcentrismo, oprimem as mulheres em diversas escalas da vida, impedindo-as “ao pleno acesso a bens e serviços de qualidade e ao direito a vida digna” (CARDOSO, 2014, p.983). Essas sociedades são também cenário de grandes lutas sociais contra a exploração da população e reivindicam direitos, representatividade e relações sociais igualitárias. É nessa conjuntura que, historicamente, as mulheres lutam contra as relações de poder que limitam o exercício da sua cidadania.

A articulação entre categorias como raça, classe e gênero possibilita desmascarar esse sistema de dominação e compreender a opressão feminina a partir de uma perspectiva estrutural e não universal, pois essas estruturas de poder se refletem no cotidiano de maneiras complexas e particulares dependendo de contextos específicos. Assim, para analisar o lugar social dos sujeitos na sociedade é importante entender como essas múltiplas estruturas de poder se interseccionam e quais seus efeitos na definição dos papéis sociais de gênero, principalmente das mulheres, pois assim é possível entender que as não brancas são “as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” (GONZALEZ apud CARDOSO, 2014, p.972).

Historicamente o determinismo biológico foi utilizado para caracterizar as mulheres e os homens. A partir da atribuição de características e qualidades aos sexos, as desigualdades entre os indivíduos foram “naturalizadas” e justificou-se a dominação masculina pela diferença sexual. Porém, a partir de uma perspectiva de gênero, é possível compreender que essas desigualdades são criadas na esfera social e, portanto, não são fixas. Com base nessa noção, a construção dos sujeitos ocorre dentro de significados e representações culturais, e é estabelecida a partir de normas sociais. Sendo assim, as “representações de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (ARAUJO, 2005, p.43).

Dessa maneira, a construção social dos papéis de gênero somada à divisão sexual do trabalho gera espaços sociais generificados. Por conta das atividades e características impostas socialmente às mulheres, por exemplo, a esfera privada e o espaço doméstico passam a ser entendidos como lugares de mulheres. Assim, são as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo — que compreende atividades não remuneradas, do cuidado e manutenção da casa, dos familiares e seus dependentes —, que foi e segue sendo invisibilizado pela sociedade. É também no espaço doméstico que muitas mulheres exercem o trabalho produtivo, visto que, no contexto histórico brasileiro, a atividade de empregada doméstica é majoritariamente realizada por mulheres negras.

Apesar das mulheres, em sua maioria, estarem inseridas no mercado de trabalho, elas enfrentam condições absolutamente desiguais, em relação a cargos, remuneração e relações de trabalho, influenciadas “pelas representações e padrões de conduta determinados para cada sexo” (COMEGMO, 2003, p.96). A feminilização da pobreza associada à dupla jornada de trabalho¹ exercida pelas mulheres e a informalidade das cidades brasileiras acarretam condições específicas de acesso à moradia no Brasil, já inalcançável para muitas famílias, ainda mais quando se é mulher.

A carência de políticas públicas para as camadas mais pobres da sociedade e a precariedade urbana das cidades latino-americanas faz com que a aquisição da casa própria seja pauta da luta social organizada. Além do acesso ao lar, os movimentos sociais de luta por moradia buscam a reforma urbana e o direito à cidade pois entende-se que o habitar não se restringe apenas ao espaço físico da casa, mas envolve a localização na cidade, o acesso a serviços e infraestrutura da vida urbana. As mulheres têm grande participação nessa luta, pois, além da associação direta do gênero feminino ao espaço doméstico, somam-se as dificuldades de acesso à terra, de segurança de posse do imóvel, de inserção no mercado de trabalho formal e de autonomia.

A cidadania das mulheres ainda é limitada e a luta por direitos — políticos, econômicos e sociais — é extremamente necessária. Para mudar as relações

estruturais de poder é preciso entender que a dominação masculina em sociedades como a brasileira acontece em todos os espaços sociais, tanto na esfera pública quanto na privada.

A partir de uma aproximação sobre a problemática das relações sociais de sexo², esse artigo busca apontar as construções sociais atribuídas às mulheres e a resistência e luta dessas mulheres para reconfigurar seu lugar na sociedade. Ao relacionar pesquisas teóricas e relatos pessoais, apresento alguns dos reflexos da desigualdade de gênero na vivência das mulheres nos espaços públicos e privados e como isso se reflete na sua capacidade de ação e na construção de suas trajetórias.

Por meio de narrativas de sete mulheres participantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 (MST-Leste 1) parte-se do pressuposto que o envolvimento dessas mulheres no movimento social e na luta por direitos ultrapassa a moradia; são elementos centrais tanto para empoderá-las como sujeito político e social como para lhes dar autonomia. E que a luta para serem reconhecidas como sujeitos de direitos é coletiva e se dá simultaneamente na esfera pública — a partir de uma organização social que reivindica acesso a direitos e redistribuição do poder entre os gêneros —, quanto nas relações interpessoais.

Por fim, a conexão entre o ativismo acadêmico e as práticas cotidianas é de suma importância para trazer a experiência das mulheres como parte da compreensão desses processos que estruturam a nossa sociedade. A utilização de entrevistas como fonte de informação procura ampliar vozes e dar visibilidade a experiências de mulheres que estão ativas na luta contra as injustiças sociais.

As narrativas femininas apresentadas nesse artigo pertencem a: Cristiane de Oliveira Dantas, Alessandra dos Santos e Priscila Neves, que faziam parte da coordenação executiva do MST-Leste 1 no momento da pesquisa; Evaniza Rodrigues e Roseane Queiroz, que também compunham a coordenação da União dos Movimentos de Moradia — São Paulo (UMM-SP); Mirian de Souza, que atuava no mutirão Milton Santos; e Mayara de Souza Francisco, do mutirão Martin Luther King.

2. IDENTIDADES E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

Minha mãe trabalhou desde sempre. Ela começou trabalhando com 12 anos e continua até hoje com 85 anos. Meu pai nunca aceitou isso. [...] Ele estava numa situação financeira muito delicada e mesmo assim ele achava uma derrota a mulher dele ir trabalhar. Quantos anos depois eu fui entender que lá atrás, minha mãe que era uma mulher maravilhosa tinha um defeito que era não depender dele. [...] Para ele era uma derrota como homem provedor e com a imagem que ele tinha do que era ser homem. Então eu acredito que muitos homens tinham esse orgulho ferido de estar perdendo o cargo de chefe da família. (RODRIGUES apud FAHAM, 2017, p.73).

No relato da Evaniza Rodrigues aparecem três pontos importantes acerca da discussão sobre desigualdade de gênero: a atribuição de papéis sociais diferenciados para homens e mulheres, já que coloca a mulher numa posição de sujeição ao homem e esse como mantenedor econômico da família; a distinção de espaços sociais para cada gênero, quando evidencia que é o homem quem frequenta o espaço público e exerce as funções externas ao espaço doméstico; e a "situação de discriminação feminina que lembra outras, presentes em diferentes momentos históricos, em diversas partes do mundo." (PISCITELI, 2009, p.118).

Essas diferenciações dadas às mulheres e aos homens foram historicamente fundamentadas por meio do determinismo biológico, que atribui qualidades e habilidades aos sexos considerando-as inatas e naturais. As mulheres, por serem capazes de conceber filhos e possuírem qualidades ditas femininas, são normalmente associadas a atividades maternas e ao espaço doméstico. Dessa maneira justificava-se as relações de poder entre os homens e as mulheres baseando-se em características biológicas e coloca-se a desigualdade de gênero como "naturalizada". Porém, a partir de uma perspectiva de gênero é possível compreender que as "distinções entre o feminino e o masculino são da esfera do social" (PISCITELI, 2009, p.125) e, portanto, não são fixas e universais,

variando conforme as diferentes sociedades e tempos históricos.

O conceito de "gênero" advém das teorias sociais que buscam estudar a diferença sexual a partir da distinção entre o que é biológico ou "natural" — o conceito de sexo — do que está no plano cultural, situado na esfera social. Segundo a historiadora Joan Scott, em "Gênero: uma categoria útil para a análise histórica" (1995), a palavra "gênero" não é considerada um atributo do sexo biológico, mas sim uma construção social de identidades subjetivas que atribuem papéis sociais às mulheres e aos homens, ou seja, as características associadas a eles independem dos órgãos genitais e derivam de uma construção cultural.

Eu comecei a ver mães solteiras trabalhando fora e tomando conta dos filhos e eu falei: "Por que eu não posso? Mas aí eu banquei a esperta, fui deixando meu marido me pisar e segui em frente. [...] Quando a gente tava com 15 anos de casados, eu entendi que eu tava sendo usada como mulher. [...] Eu disse: "Aqui como não dá mais não. Chega! Você não me apoia em nada, você só me crítica, diz que eu abandono o lar. O que você me deu até hoje: Você me deu uma casa? Você chegou em mim pra conversar e tentar juntar um dinheiro pra comprar uma casa? O que você tá trazendo pra dentro de casa? Cadê o seu? Quem tá sustentando aqui? Sou eu que compra roupa e sapato pras suas filhas. Você tá aqui de visita?" [...] Quando meu apartamento ficou pronto peguei minhas duas filhas e sai de casa com a roupa do corpo e uma mala. Foi o dia mais feliz da minha vida. Dormimos no chão da nossa casa. (QUEIROZ apud FAHAM, 2017, p.83).

Primeiramente, a noção de gênero foi usada para desnaturalizar a diferença sexual, porém, o conceito que se difundiu na teoria social advém da crítica feminista sobre as relações desiguais vivenciadas pelas mulheres. As feministas passam a "utilizar a palavra "gênero" como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos" (SCOTT, 1995, p.2), rejeitando a separação das esferas homem/mulher, entendendo que o "mundo das mulheres faz parte do mundo dos

homens, que ele é criado dentro e por esse." (SCOTT, 1995, p.7). Ao assumirmos o caráter inerentemente relacional do feminino e do masculino se estabelece certo antagonismo e dependência entre esses grupos sociais, ou seja, as

[...] atribuições sociais de cada sexo são definidas de forma complementar e se sustentam mutuamente: na medida em que se dá ao homem um caráter ativo, concede-se à mulher, automaticamente, um caráter passivo; se o homem tende a ser independente e racional, à mulher cabe ser dependente e afetiva. (GONZAGA, 2004, p.44).

No pensamento liberal, influenciado pelos ideais iluministas, a noção de sujeito social baseia-se no essencialismo, caracterizando-o como universal e homogêneo, desconsiderando a multiplicidade de identidades que coabitam em nossa sociedade. Esse indivíduo universal é masculino, branco, heterossexual e burguês, e ao generalizar suas especificidades faz com que esse se torne a categoria normativa e, conseqüentemente, opressora.

A crítica ao patriarcado — "sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem" (PISCITELI, 2009, p.125) — possibilitou desvendar as diversas formas de opressão feminina. Seja na esfera pública como na esfera privada, em que as relações pessoais passam a ser entendidas também como políticas. Uma vez que as mulheres se veem como iguais, considerando que são oprimidas enquanto categoria, elas se entendem como sujeito político e também coletivo. A partir da igualdade entre elas, considerando que são oprimidas enquanto categoria, além da dominação masculina enfrentada na esfera pública, a esfera privada e as relações pessoais passam a ser entendidas também como políticas.

Na conceituação universal das categorias "mulher" e "homem" busca-se atribuir-lhes uma unidade na qual criam-se identidades e reificações de gênero que alimentam as relações de poder, tanto da relação mulher-homem quanto dentro das próprias categorias, consolidando as hierarquias sociais. Dessa maneira, cada lado é representado como um fenômeno

unitário, normatizando as identidades, definindo padrões de comportamento e conduta que rejeitam as diferenças dos sujeitos sociais (MARIANO, 2005).

Dentro da crítica à universalidade do sujeito e suas estruturas generalizantes existe uma discussão importante sobre a construção da categoria "mulher", que ao "pretender ser globalizante, torna-se normativa e excludente e ignora outras dimensões que marcam privilégios, como classe e raça" (MARIANO, 2005, p.487). Assim, a noção de interseccionalidade ganha bastante importância e força pois, a partir da compreensão da categoria mulher não singular, evidencia-se a pluralidade e as diferenças dentro desse coletivo e mostra como relações de poder e opressão são estruturais e também se manifestam dentro da categoria.

Os diversos estereótipos que compõem o universo das mulheres são sempre atribuídos de acordo com o universo dos homens e suas necessidades. A "identidade feminina" é construída a partir de um discurso ideológico e social que visa atender e adequar as necessidades e mitos do sistema patriarcal (GONZAGA, 2004).

Quando me casei, minha avó me disse: "Você tem que ser obediente com seu marido, quando ele chegar do trabalho você tem que estar esperando ele com a casa arrumada e a comida pronta". [...] Eu fiquei dez anos, como se diz? Como a "Amélia", trancada em casa, só saía pra visitar minha família. Primeiro eu ficava ouvindo as mulheres na porta da escola, conversando coisas que eu não entendia. Coisas de mulher. "Meu marido não quer saber de nada", falando com raiva, sabe? E eu ficava: "Nossa, como ela tá falando assim". Eu fui criada para obedecer. (QUEIROZ apud FAHAM, 2017, p.83).

Esse trecho da entrevista de Roseane Queiroz possibilita verificarmos um dos papéis da mulher na sociedade: a subordinação ao homem, realizando os afazeres domésticos para o bem-estar da família, tendo o espaço privado como seu local de atuação. Depois que ela entrou para o MST-Leste 1, terminou seus estudos e fez faculdade de serviço social, em 2014. Atualmente trabalha no Centro para Crianças e Adolescentes, programa

conquistado através da Associação da União da Juta (FAHAM, 2017).

A criação de estereótipos é central na discussão da representação da diferença sexual. A partir de normativas dita-se o que é considerado o "normal e o aceitável e o anormal e o inaceitável. Então exclui ou expulsa tudo o que não se encaixa, que é diferente" (CARDOSO, 2014, p.977), resultando numa divisão tanto dos grupos sociais quanto dentro do mesmo grupo, baseada na construção social dos papéis de gênero.

Os estereótipos, portanto, têm cumprido historicamente a função de rebaixar uma parcela da humanidade, transformando particularidades em marcas naturalizadas, essencializadas, em justificativas para as diferenciações sociais, para o controle e a dominação daquelas que foram assinaladas pelas representações negativas. (CARDOSO, 2014, p.978).

Essa padronização tem a finalidade de controlar os grupos sociais e por meio de imagens mascarar as injustiças sociais, como a dupla jornada de trabalho, a violência física, psíquica e sexual sofrida pelas mulheres, "fazendo-as parecer natural, normal e parte inevitável do cotidiano, sendo, assim, fundamentais para a manutenção das desigualdades sociais" (CARDOSO, 2014, p.978).

Já fazem 15 anos que estou com meu companheiro, mas até nós não termos uma relação mais estável. O olhar pra aquela moça meio galinha, também implicava a não seriedade. Afinal não tinha namorado fixo, saía com um, saía com outro. Isso é um questionamento que transcende da sexualidade para a identidade da pessoa. E como as pessoas a enxergam e a tratam. (RODRIGUES apud FAHAM, 2017, p.69).

Simultaneamente à construção do comportamento da mulher, instituições e conceitos que materializam e impõem a ideologia dominante são criados, e a família é um deles. Nessa fala da Evaniza Rodrigues vemos como a sociedade impõe a presença de uma figura masculina à vida das mulheres, fazendo disso um parâmetro de caráter e identidade.

Eu não tenho filhos, por exemplo, então todo mundo me pergunta o porquê. Primeiro vem o olhar de pena: "Você não pode ter filhos?". "Não, eu posso". A partir daí há duas respostas frequentes. Algumas com raiva como se dissessem: "Você está violando uma lei da natureza porque você resolveu não ter filhos". Ou então ao contrário: "Você pode fazer a liderança no movimento, você pode disponibilizar mais tempo e energia porque você não tem família né?". Não é nem filho, é família. Ou seja, o fato de eu não ter filho ou "família" me coloca a parte das demais mulheres. (RODRIGUES apud FAHAM, 2017, p.69).

Nas sociedades contemporâneas, as desigualdades e formas de dependência e vulnerabilidade são reproduzidas pelos arranjos familiares convencionais, compostos pelo pai chefe da família, mãe e filhos. Assim, a família tradicional expressa relações de poder e torna-se referência normativa, valorizando os laços familiares em detrimento dos direitos individuais e da igualdade de gênero. "Tem algumas mulheres que nem apresentam como queixa [a violência doméstica], nem colocam como problema, elas já dão como fato essas restrições nas suas vidas. Talvez esse silêncio seja mais difícil de enfrentar do que quando é explícito" (RODRIGUES apud FAHAM, 2017, p.71). Essa forma de construção das relações entre homens e mulheres, tanto familiar quanto pública, favorece a exploração e a marginalização das mulheres, assim como a perda de autonomia e de segurança em si mesmas.

Quando eu era nova, meu marido tinha ciúmes e eu sou filha de pastor, eu achava que tinha que aguentar tudo porque só podia casar uma vez só, aí eu parei de trabalhar. [...] Quem me largou foi ele. No começo eu sofri muito, tava trabalhando e cuidando das meninas e com medo de não conseguir criar minhas duas filhinhas sozinha. Ele só me ajudou com pensão só. [...] Ele nunca manteve contato, nunca ajudou. Quando deu um ano e meio depois, eu vi que eu tava podendo criar minhas filhas sozinha, aí eu voltei a sair, voltei a viver. (SOUZA apud FAHAM, 2017, p.112).

Diante disso, a noção de que os homens "tem poder sobre o corpo e vida das mulheres continua a sustentar a violência doméstica" (ROLNIK, 2011, p.4). As relações sociais baseadas na dominação masculina reduzem a liberdade e a autonomia das mulheres, fazendo-as depender de seus maridos, e privilegiando o casamento e o "ser esposa" como a possibilidade da mulher se encaixar na sociedade e se entender como sujeito social.

Tinha uma mulher. Ela não era coordenadora, nada disso, só participava e trabalhava. Era uma pessoa assertiva, forte. [...] Só que alguns momentos, percebíamos que ela tinha sofrido violência em casa. Nessa época não tinha nem trabalho social, então a gente tentou ver com alguém que posso mais próximo dela pra tentar conversar e tal, só que ela não aceitava. Não conversava com ninguém, mas era nítido que de vez em quando algo acontecia. [...] Durante a obra inteira ela não falou nada, não abriu a boca. Aí acabou o mutirão e foram fazer as entregas lá. Na hora de pegar a chave ela perguntou pra coordenação: "Escuta, a festa vai ser sábado. Domingo eu posso mudar?". A maioria das pessoas ainda ia dar uma arrumada no piso, colocar cortina e tal. Mas pode né? A casa era dela. Aí ela chegou com a mudança e os filhos, passou uns dois dias e chega o marido lá, emputecido. Acho que foi umas 6h da manhã e começou a bater na porta e a xingar no meio da rua. [...] E ela não abria a porta, não saiu pra rua. Aí uma das vizinhas foi lá falar com ela e ela falou: "Pode mandar embora, você viu ele carregando um tijolo por aqui?". [...] A mulherada toda foi acudir ela. Ela disse: "Enquanto eu não tinha um teto pra colocar meus filhos embaixo, eu nunca levantei a voz pra ele. Eu entrei no movimento esperando esse dia. O dia que eu pudesse não depender mais dele e ter um lugar pra colocar meus filhos. Agora ele não encosta mais a mão em mim. (RODRIGUES apud FAHAM, 2017, p.71).

Podemos observar, a partir desses relatos, que a maneira de ser ver dentro do casal/família mudou, exigindo o fim de uma

relação abusiva a partir da compreensão da não dependência do marido para cuidar da sua vida e da família. Isto é, a independência econômica aliada a outros referenciais foi fundamental para compreender que o marido não pode usá-la “como mulher” e privá-la da sua autonomia. A casa também tem um papel importante nesse processo pois, para a grande maioria das mulheres, é um bem de primeira necessidade. Não é apenas um local que lhes proporciona segurança e privacidade, mas é, sobretudo, onde elas exercem muitas das tarefas que socialmente e historicamente lhes foram impostas, em razão da divisão sexual do trabalho.

3. RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E O TRABALHO

A distinção de gênero, partindo da construção da diferença percebida entre os sexos, constitui um dos elementos base que compõe o universo das relações sociais. Embora não seja o único campo que busca discutir o modo com que se estruturam as relações de poder nas sociedades como a brasileira, “gênero” é um meio eficaz e recorrente da persistência da dominação masculina e das múltiplas desigualdades vivenciadas pelas mulheres.

Os indivíduos ocupam posições na sociedade decorrentes das normas e regras sociais a que estão submetidos e assim os papéis sociais de gênero se difundem em todos os espaços habitados por eles. Da mesma maneira que a atribuição de características e habilidades ditas femininas influencia no comportamento e na conduta das mulheres, ela também tem impacto nas responsabilidades e atividades exercidas por elas, acarretando espaços sociais generificados.

Quando fiz 18 anos arrumei meu primeiro emprego num escritório farmacêutico. O escritório acabou mudando para Campinas e eu quis ficar, por isso fui trabalhar numa loja lá na rua Direita, fiquei lá durante um ano. Aí foi quando aconteceu a maior besteira da minha vida. Eu comecei a namorar, noivei, sai do emprego e fui me casar. Meu marido dizia “Mulher minha não trabalha”. E eu, né? Com 18 anos,

novinha, achando que deveria fazer tudo por amor, acabei largando o emprego. (QUEIROZ apud FAHAM, 2017, p.77).

O relato acima coloca questões importantes sobre a discussão da desigualdade de gênero e seus reflexos nas relações sociais e nos espaços. Ficam evidentes o controle exercido pelo homem sobre a vida da mulher, a feminilização do espaço privado — a partir do entendimento de que a mulher não deve exercer funções na esfera pública —, e a invisibilização do trabalho doméstico — que não é reconhecido oficialmente como trabalho.

Nós contratamos um cara pra fazer o corrimão, aí quando o Pedro ia, ele dava atenção pro Pedro. Aí quando as arquitetas iam ele falava pra gente “Ah! Elas não entendem nada de obra”. Teve um dia que ele fez um serviço porco lá e a Helô foi chamar a atenção dele. Ele ficou discutindo com ela, dizendo que ela não sabia nada. Aí nós dissemos: “Quem não sabe nada é você. Você não fez como ela queria, fez do seu jeito. O que ela te mandou fazer é o que tá no projeto e o que você fez não está. Nós te autorizamos? Não”. (QUEIROZ apud FAHAM, 2017, p.80).

Essa experiência aconteceu durante a construção do conjunto habitacional Paulo Freire, localizado na zona leste da cidade de São Paulo, no qual Roseane trabalhou como auxiliar administrativa já que o movimento era responsável pela autogestão, ou seja, tinha a autonomia financeira, de projeto e construção para tomar as decisões da obra. O relato mostra como a construção de papéis sociais se manifesta na divisão sexual do trabalho, que distingue as atividades de acordo com o sexo dos indivíduos. Ou seja, o canteiro de obra não é considerado um lugar de mulheres, tampouco é esperado socialmente que elas estejam numa posição de mandante.

Segundo Danièle Kergoat, em “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo” (2009), essa forma de divisão social sexuada tem dois princípios organizadores: o da separação e o da hierarquização. Conforma-se um processo que “por um lado, fortalece as formas de exploração diferenciada de mulheres e homens e, por

outro, conforma padrões de desigualdade entre mulheres e homens que dão aos homens posições de privilégio e poder em relação às mulheres” (GODINHO, 2008, p.48). Assim, como em todas as demais relações sociais, existem bases materiais que sustentam a desigualdade de gênero e o trabalho é uma delas.

Faço estágio na USP no laboratório de corrosão. A gente trabalha com peças de alumínio que fazem avião, navio, essas coisas. [...] Dá pra aprender bastante coisa, coisas que você imagina que só um homem faria, você faz e “Nossa, eu posso fazer também!”. Te juro, tipo, soldagem. Você geralmente vê homens fazendo soldagem, aí eu fui lá e aprendi. É muito fácil, qualquer pessoa pode fazer, não precisa de um homem pra isso. Quando eu comecei a faculdade, meu pai sempre falou que engenharia era coisa de homem e que eu nunca ia terminar. Eu tô no oitavo semestre, tô terminando e aí? (FRANCISCO apud FAHAM, 2017, p.128).

No caso do trabalho vemos o conceito da divisão sexual aplicado, por exemplo, a partir da segmentação ocupacional da esfera produtiva. Tarefas relacionadas a educação de crianças e jovens, serviços domésticos em geral e no setor de centrais de atendimento são majoritariamente exercidas por mulheres — respectivamente 84%, 95% e 72,2% da força de trabalho brasileira (IBGE, 2019); enquanto atividades que exigem maior força física ou nos espaços de decisão e cargos de liderança, seja em empresas ou na política, são praticadas normalmente por homens. Quando compreendemos que essa divisão sucede do plano cultural, é possível entender que as contradições e desigualdades não são dados ahistóricos e rígidos, elas acontecessem em contextos específicos baseadas na organização social, política e econômica das sociedades.

“Meu marido não me deixa ir” é uma frase que eu escuto até hoje. Quando tem acampamento, por exemplo, algumas mulheres não colocam a possibilidade de dormir fora de casa. Seria a Terceira Guerra Mundial. Ou então aquela coisa: “Eu posso ir na passeata, mas tenho que buscar meu

filho às 16h”. Ou seja, não existe a hipótese de outra pessoa no mundo poder pegar o filho na escola. É tarefa dela e ela tem que cumprir essa tarefa. Ela pode fazer outras coisas desde que ela cumpra as tarefas dadas e de obrigação dela. Afinal, essas são consideradas atribuições da mãe. (RODRIGUES apud FAHAM, 2017, p.71).

Ao dizer que existem tarefas e habilidades relacionadas aos sexos, acentua-se, no plano cultural, as diferenças biológicas entre as mulheres e os homens e compreende-se que essa divisão não traduz uma complementaridade de tarefas, como era antes utilizada, “mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (KERGOAT, 2009, p.67). No capitalismo, o ganho do capital prevalece ante o bem-estar social, e o sistema patriarcal-racista encurrala as mulheres no espaço privado, fazendo com que essas não se sintam “parte integrante da vida pública, segmento altamente ocupado pela população masculina” (FERREIRA; SILVA, 2017, p.4).

Além da segmentação dos trabalhos na esfera produtiva — compreendida pelo trabalho remunerado das atividades relacionadas à produção de mercadorias, bens e serviços —, essa diferenciação se dá também na esfera reprodutiva — atividade não remunerada, do cuidado e manutenção dos familiares —, sendo as mulheres as principais responsáveis pela reprodução social.

Eu não tenho curso universitário, eu tive que priorizar muitas coisas antes dos estudos. Eu não tinha muitas condições e depois acabei casando e tendo filhos. Aí meu marido até chegou a fazer faculdade, mas acabou desistindo. Não sei se é coisa de mulher, ou coisa minha, mas eu gosto muito de ajudar os outros e esqueço um pouco de mim. Aí nessa eu preferi dar a chance dele ir estudar e se preparar. Eu queria ajudar, queria que ele se formasse e acabei priorizando a educação dele. (SANTOS apud FAHAM, 2017, p.90).

Alessandra dos Santos, assim como Cristiane, Roseane, Mirian e Priscila, interrompeu sua formação educacional para poder seguir com outras necessidades mais urgentes. Além da falta de recursos,

ela afirma como as exigências de ser esposa e cuidar dos filhos também a afastaram dos estudos. Aqui, o cumprimento das suas funções como mulher e a preferência pela prosperidade do homem não são questionadas; colocar as necessidades dos outros acima da sua própria é uma atitude que permeia o universo das mulheres, muitas vezes já naturalizada nas relações femininas.

O trabalho reprodutivo foi e segue sendo historicamente invisibilizado pela sociedade. Com a carência de políticas públicas de auxílio aos cuidados da família e sob a justificativa de um dever naturalmente feminino, as mulheres cumprem essas tarefas gratuitamente.

Eu tenho que me policiar também né? Eu tenho uma casa, eu tenho um filho de nove anos. Então eu tenho que me organizar. Mas ele [marido] me cobra muito: "Todo dia tem movimento, todo dia tem uma coisa". E meu filho participa muito comigo, ele adora participar. Praticamente a Leste 1 inteira conhece ele, porque aonde eu posso eu levo ele. (NEVES apud FAHAM, 2017, p.121).

Apesar de alguns homens participarem do trabalho doméstico, as mulheres são as responsáveis por ele. Enquanto para os homens esse é uma tarefa casual, em que realizam principalmente reparos na casa, e despendem cerca de dez horas semanais, para as mulheres é um trabalho rotineiro que inclui cuidar de tudo desde a alimentação, educação, saúde até a manutenção regular da moradia. Por isso, em média, elas gastam cerca de onze horas semanais a mais que os homens (PELA CIDADE, 2019).

O foco na domesticidade não corresponde à valorização em outras esferas da vida. Por outro lado, o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres orienta — ou limita — suas possibilidades de exercício do trabalho remunerado e de usufruto do tempo livre, mas é o que possibilita a dedicação ampliada do tempo dos maridos ao trabalho e/ou ao lazer. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.50).

Dessa maneira o espaço doméstico foi feminizado, pois é onde as mulheres

"exercem muitas das tarefas que socialmente lhes foram impostas" (PAULISTA, 2013, p.95) e tem dupla função quando analisado a partir da perspectiva do trabalho. A atribuição das atividades domésticas e do cuidado dos familiares às mulheres não acarreta apenas em trabalho reprodutivo, também impacta na esfera produtiva, pois o espaço da casa é também lugar de atividade profissional que, historicamente no Brasil, é exercida por mulheres, em sua maioria por mulheres negras.

A divisão sexuada das práticas sociais limita a atuação das mulheres tanto na esfera pública quanto na privada, e impõe uma carga a elas nessa esfera, que acaba se revelando como uma carência, pois

[...] as formas de definir — e restringir — o papel da mulher em uma dessas esferas organizam suas possibilidades de vida nas outras. Assim, a responsabilidade exclusiva pela gestão da vida doméstica corresponde, ao mesmo tempo, à vulnerabilidade na vida privada (em que os arranjos convencionais, ou quase convencionais, produzem desvantagens para as mulheres, que têm menos tempo e recursos para qualificar-se e investir na sua vida profissional, permanecendo dependentes ou obtendo rendimentos menores do que os dos homens) e na vida pública (em que as habilidades desenvolvidas pelo desempenho dos papéis domésticos serão desvalorizadas e, em alguns casos, vistas como indesejáveis para uma atuação profissional satisfatória). (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.49).

Muitas mulheres hoje em dia estão inseridas no mercado de trabalho e são chefes de família, porém a atribuição do trabalho reprodutivo exclusivamente às mulheres acarreta o que conhecemos como "dupla jornada de trabalho". Mesmo fora de casa, trabalhando para gerar renda, sair da dependência econômica e manter suas vidas e a da família, as mulheres chegam nas próprias casas e ainda precisam realizar a segunda jornada de trabalho diária.

Quando o Paulo Freire ficou pronto pra morar mudei eu e minhas duas filhas. Deixei meu marido. Eu disse: "Você nunca acreditou em mim, agora que tá pronto,

não quero mais". Quem me deu força foram as minhas filhas, eu chegava em casa e elas tinham lavado a roupa pra me ajudar, eu ficava muito orgulhosa. Enquanto isso, ele tomava o café e deixava o copo lá. Ele dizia que ia fazer hora extra e depois eu fui descobrir que ele era viciado em jogo. Eu chegava muito cansada, mas mesmo assim eu sempre ouvia o que elas tinham pra falar. Eu acompanhava o que tava acontecendo na escola, apesar de tudo eu nunca fui uma mãe ausente. (QUEIROZ apud FAHAM, 2017, p.82).

Na esfera produtiva as mulheres representavam 48,5% da força de trabalho global, em 2018 (OIT, 2018, p.6), e no mercado brasileiro 45,3% (IBGE, 2018), porém, apesar de serem quase metade da força de trabalho, são os homens que exercem as atividades de maior prestígio social e obtêm os melhores cargos e salários. Dessa maneira, o trabalho, para as mulheres, se transforma muitas vezes em uma experiência contraditória, pois enquanto possibilita "uma forma de sair da dependência econômica e criar outra possibilidade de existência social, é também uma vivência na maioria das vezes injusta, desigual, precária e muito, muito cansativa" (SILVA; ARANTES; FERREIRA, 2012, p.11).

Todos os meus irmãos têm segundo grau completo e dois tem faculdade, só eu que parei de estudar. Parei logo cedo pra trabalhar fora. Minha família era pobre, sou filha de pedreiro. E eu não tinha noção de estudar, venho de uma família de um pai muito inteligente, mas minha mãe que tomava conta da gente era semianalfabeta. Ela achava que homem tinha que estudar e mulher não. (SOUZA apud FAHAM, 2017, p.111).

Mirian de Souza é uma das seis mulheres de um total de onze filhos, apenas os homens finalizaram seus estudos e fizeram faculdade; ela precisou largar seus estudos ainda no segundo grau para poder gerar renda para a família. Embora essa não seja mais a realidade de muitas mulheres hoje no Brasil, por estarem ocupando mais vagas nas escolas de ensino básico e nas instituições de ensino superior (IBGE, 2018),

o relato releva que a situação não foi sempre assim. Muitas mulheres deixavam de estudar para cuidar da casa e da família e algumas delas ajudavam no sustento familiar trabalhando fora, enquanto os homens frequentavam as instituições de ensino em busca de melhores posições no trabalho e salários mais altos.

Por um lado, essa situação mudou, pois hoje as mulheres se graduam mais no nível superior que os homens — entre a população brasileira com mais de 25 anos de idade, 16,9% das mulheres possuem ensino superior completo enquanto a porcentagem entre os homens é de 13,5% (IBGE, 2018). Quando interseccionamos com a categoria de raça o cenário é ainda mais desigual. Entre as mulheres, apenas 10,4% das pretas ou pardas possuem esse nível de escolaridade, comparado a 23,5% das brancas (IBGE, 2018). Dos homens, 7% dos negros completaram o ensino superior, enquanto entre brancos esse número é de 20,7% (IBGE, 2018).

Porém, mesmo as mulheres sendo maioria entre o grupo da população brasileira com ensino superior completo, isso não se reflete em igualdade salarial ou na oferta de melhores posições e condições de emprego. As mulheres brancas ganham 40% menos que os homens, e essa situação se agrava quando se trata das mulheres negras, que ganham 60% menos que os homens (PISCITELI, 2009).

Aí no ano passado veio a oportunidade de ir pro Equador no Habitat III. Fizemos uma oficina numa faculdade de arquitetura do Equador, fomos falar do nosso trabalho de autogestão pros estudantes. E eu apresentei viu? Eu falei do Parque São Rafael, pude falar do meu projeto, da minha vivência, que a autogestão existe e existe muito bem no Brasil, ela funciona e faz casas e prédios maravilhosos. (DANTAS apud FAHAM, 2017, p.100).

O movimento de luta por moradia do MST-Leste 1 se mostra um espaço de subversão dessa lógica e de quebra dos padrões impostos pela sociedade. Cristiane de Oliveira Dantas está no movimento desde 2012, a partir desse relato podemos verificar como sua militância possibilitou que ela e outras mulheres ocupassem

espaços e posições que não lhes seriam atribuídos socialmente. Evaniza também pontua: “Muitas começam a ter atuação fora do movimento como, por exemplo, um debate da Câmara Municipal” (RODRIGUES apud FAHAM, 2017, p.70).

Eu, Cris e dois rapazes que administramos praticamente a obra inteira. O pessoal do Usina ia ensinando a gente como que era. Tinha uma senhora também, Dona Isabel, que mora aqui no União da Juta. Ela deu uma aula pra gente se como lidar com os fornecedores, como conversar com os prestadores de serviço. [...] Aí foi lindo, a gente foi aprendendo, demorou um ano pra gente ir adquirindo confiança, fomos nos sentindo mais fortes. Aí começamos a perceber, como se fala... o preconceito, comigo e com a Cris. (QUEIROZ apud FAHAM, 2017, p.79).

Em São Paulo, nos movimentos de luta pela moradia a participação das mulheres é muito grande, porém muitas vezes a direção está nas mãos dos homens. Esses estão nos papéis de liderança e conquistam uma posição de autoridade, enquanto as mulheres assumem o trabalho prático de articulação e organização sem serem diretamente responsáveis pela tomada de decisão (GONZAGA, 2004).

O movimento é constituído hoje majoritariamente por mulheres. [...] Esses homens que participavam com a gente e que estão nesses movimentos também participando na coordenação. Geralmente eles não querem ceder o espaço deles pras mulheres e a gente tem que ficar lembrando que numa composição precisa ter metade de mulheres. A mulherada tem que estar inserida, tem que estar presente. Então, existe sim um machismo por trás, os homens tentando dominar, existe sim. Mas hoje as mulheres se fazem ouvir mais do que antigamente. Vivendo dentro do movimento eu vejo a diferença que isso faz na vida das mulheres. [...] Eu vejo que hoje as mulheres descobriram uma força que elas tem que antes elas não se davam como possibilidade. (SANTOS apud FAHAM, 2017, p.94).

4. UMA EXPERIÊNCIA DE SUBVERSÕES

A relação direta do gênero feminino com o espaço doméstico, e todas as implicações que isso tem, já discorridas aqui, mostram que a moradia representa muito mais que apenas um abrigo. A casa é um bem de primeira necessidade para a grande maioria das mulheres, como, por exemplo, refúgio das relações abusivas de seus companheiros. É o que podemos inferir a partir das sete entrevistas apresentadas, que, apesar de representarem um recorte dentro do grupo de mulheres do movimento, exemplificam a situação vivida por muitas outras

Enquanto eu não tinha um teto pra colocar meus filhos embaixo, eu nunca levantei a voz pra ele [marido]. Eu entrei no movimento esperando esse dia. O dia que eu pudesse não depender mais dele e ter um lugar pra colocar meus filhos. Agora ele não encosta mais a mão em mim. (RODRIGUES apud FAHAM, 2017, p.72).

Nesse relato, Evaniza conta sobre a história de outra companheira do movimento e mostra como a casa representa um ambiente de segurança e privacidade para as mulheres e para aqueles dependentes de seus cuidados. A aquisição da moradia também significa ganhos de autonomia e de empoderamento, já que possibilitam que as mulheres saiam de relações violentas e autoritárias com seus respectivos parceiros, como também é possível notar na fala da Roseane: “Quando o Paulo Freire ficou pronto pra morar. Mudei eu e minhas duas filhas. Deixei meu marido. Eu disse: ‘Você nunca acreditou em mim, agora que tá pronto, não quero mais’” (QUEIROZ apud FAHAM, 2017, p.82).

O acesso à moradia adequada é difícil em um país como o Brasil, que possui um déficit habitacional de 6,3 milhões (FUNDO FICA, 2019). A lógica perversa do mercado imobiliário — em que os custos de compra de terras e imóveis e mesmo de aluguel são altíssimos —, associada à carência de políticas públicas de provisão habitacional — em um contexto social onde famílias com renda de até dois salários mínimos residentes em áreas

urbanas gastam 41,2% da renda familiar em despesas de consumo com a habitação (GUERREIRO; MARINO; ROLNIK, 2019) —, fazem com que a aquisição da casa própria seja extremamente difícil para as camadas mais pobres da população.

Diante de todos os aspectos da estrutura de opressão que as mulheres são colocadas, apontados nesse artigo, fica evidente que o acesso à moradia digna fica ainda mais penoso para elas. A dificuldade de autonomia econômica associada à falta de legislação e políticas públicas que assegurem a posse do imóvel às mulheres colocam-nas em uma posição de maior vulnerabilidade.

É nessa conjuntura social, política e econômica que atuam os movimentos sociais de luta por moradia. O MST-Leste 1 surgiu em 1987, na luta pelo direito à terra e moradia na Zona Leste da cidade de São Paulo e Zona Leste Metropolitana (Ferraz de Vasconcelos e Suzano). Cerca de três mil famílias dos grupos de origem participam atualmente da entidade, que é composta também pelas 4.343 famílias dos diversos mutirões e conjuntos já conquistados nesses 25 anos de luta. O movimento é apoiado por entidades populares da região e pelas comunidades da igreja católica da Região Episcopal Belém, e tem relação com diversas assessorias técnicas na área urbana e parceria com a ONG Habitat para a Humanidade (MST-LESTE1, 2019).

O MST-Leste 1 defende que a moradia é um direito e que o habitar não se restringe apenas ao espaço físico da casa; que a localização na cidade, o acesso à serviços e à infraestrutura urbana também são necessários; portanto, a luta pela reforma urbana e o direito à cidade também são pautas do movimento. O movimento acredita que sendo um direito humano, deve-se ter a atenção do Estado, e acredita na transformação através de políticas públicas com a participação popular e autogestão, proporcionando que as famílias sejam beneficiadas pela atuação ativa de todos os processos (FAHHAM, 2017).

"Aqui na Leste a maioria é mulher né? Eu acho que é porque as mulheres são mais interessadas em ter o seu e não depender de um homem pra tudo. Elas são tomando mais iniciativa". (FRANCISCO apud FAHHAM, 2017, p.127). As mulheres, atualmente, são maioria em diversos movimentos sociais

de luta por moradia e direito à cidade na cidade de São Paulo. No MST-Leste 1, cerca de 75% das representações familiares são feitas por mulheres, e das 3.000 famílias participantes aproximadamente 1.403 são chefiadas por mulheres (FAHHAM, 2017).

No começo do movimento eu sentia que o machismo dos homens era muito maior. Ao longo do tempo vejo uma mudança muito grande na forma que as mulheres hoje se apropriam e exercem a liderança dos processos do movimento. [...] De modo geral você via um protagonismo muito maior dos homens nas tomadas de decisão e na condução dos processos. Eu vejo que hoje houve um deslocamento. (RODRIGUES apud FAHHAM, 2017, p.68).

A partir da própria trajetória de vida das mulheres entrevistadas e das histórias por elas contadas vemos que além de participantes, muitas mulheres estão em posições de liderança no movimento, compondo a coordenação ou em cargos administrativos, participando ativamente dos mutirões e das atividades do movimento.

O machismo é uma coisa cultural, você foi educado de um jeito e acaba passando. Mas com o tempo tá mudando. E aqui no grupo as mulheres se sentem confortáveis para conversar e começam a aprender, então eu acho que isso só tende a crescer no movimento. Não só a participação das mulheres, mas também de emancipação, de ser livre mesmo e fazer o que quer e como pode ser feito. (SANTOS apud FAHHAM, 2017 p.95).

São muitos os motivos já citados das mulheres estarem presentes na luta pela moradia digna mas, a partir dessa fala da Alessandra, podemos compreender como a participação no movimento social possibilita o empoderamento dessas mulheres, ao oferecer ferramentas para saírem de uma situação de dependência e lutarem por direitos que, muitas vezes, que transcendem as pautas mais específicas da luta por moradia.

As pessoas vão se sentindo mais à vontade, com confiança. "Eu tenho sim

condições de assumir essas coisas e não preciso mais aceitar esse abuso no meu cotidiano". Eu acredito que isso acaba saindo do espaço só do mutirão para os espaços da vida e outras ocasiões. (RODRIGUES apud FAHAM, 2017, p.70).

É possível perceber a conquista do empoderamento como sujeito político também na fala da Roseane, gerando mudanças nas relações sociais que acontecem tanto na esfera privada quanto na pública:

Quando eu tava com 10 anos de casada, eu conheci o movimento. [...] Eles nos explicaram como era a luta e eu comecei a participar. As discussões traziam um conhecimento que era novo pra mim e esse conhecimento te dá ferramentas muito importantes para lutar. Aí você, uma pessoa leiga, que só vê as coisas na televisão e na mídia, começa a se ver dentro daquilo, dentro da política. [...] Todo domingo à tarde eu pegava minhas filhas e ia. Ele [marido] foi começando a perceber minha transformação. Por exemplo, na eleição eu já tinha o candidato que eu ia votar, eu já tinha pesquisado sobre ele, já sabia tudo. Aí ele me veio com o candidato que o patrão mandou votar, acredita? E eu "Chega de votar em quem seu patrão tá dizendo, pelo amor de Deus". Ele não gostou não, começou a querer me podar, disse que ia me denunciar pro juizado de menores porque eu estava abandonando minhas filhas em casa por causa de um monte de arruaceiro. (QUEIROZ apud FAHAM, 2017, p.77).

A educação e a formação política dos participantes são extremamente importantes para o movimento e acontecem a partir de ações práticas e também de suas interações. São compartilhados conhecimentos que transcendem a pauta da moradia e possibilitam transformações em outras esferas da vida pessoal e coletiva.

Uma das coisas boas aqui do movimento é esse grupo de mulheres, você tá vendo aqui como a gente se reúne, né? [a comissão composta somente de mulheres entra para tomar café na mesma sala que conversávamos]. Eu

comecei a participar com as mulheres. Eu comecei a ver mães solteiras trabalhando fora e tomando conta dos filhos e eu falei "Por que eu não posso?". (QUEIROZ apud FAHAM, 2017 p.83).

A existência de um grupo de mulheres dentro do movimento possibilita que estas tenham um espaço seguro para compartilhar suas experiências e construir uma rede de apoio e fortalecimento, tanto pessoal quanto coletivo.

A educação dentro do movimento acontece de diversas maneiras. Como no exemplo mostrado anteriormente, a socialização entre os indivíduos e a troca de experiências é uma delas. "Quando a gente vai pra rua o espírito é de mostrar nossa força, a nossa luta" (NEVES apud FAHAM, 2017, p.119), por meio desse relato constatamos como o ato de ir pra rua, de se manifestar pelos seus direitos, traz ganhos enquanto sujeito ativo na transformação social. Ou também a partir da atuação fora do movimento, como no caso da Evaniza que, em 2011, foi convidada para ser consultora da presidência da implementação dos programas Minha Casa, Minha vida — Entidades e do Rural, atendendo a uma das pautas do MST-Leste 1, que é a atuação na construção das políticas públicas (FAHAM, 2017).

Eu posso falar que vai ter uma janela de frente pra cozinha porque eu briguei com a USINA, na hora de fazer a planta a gente fez seis meses de oficina na Casa de Projetos com as famílias, pra construir a planta do apartamento como a gente queria, pra eles verem quais eram as necessidades das famílias. Então inicialmente não tinha como colocar uma janela de frente pra pia, aí eu: "Vou ficar lavando louça e olhando o que? Não, vamos fazer uma janela aqui". Então isso é uma discussão nossa, se fosse uma construtora era aquilo ali e pronto. No nosso a gente pode opinar, mas lógico que sabendo as limitações do nosso terreno. Mas a gente pode falar, pode opinar. Foi uma discussão ótima de entender a composição do prédio. (DANTAS apud FAHAM, 2017, p.101).

No modelo de autogestão, em que o movimento tem autonomia nas decisões

sobre o projeto, a comunicação entre as famílias, a assessoria técnica é extremamente importante e valiosa. É na interação entre esses agentes, de maneira não hierárquica, que a troca de conhecimentos acontece e cada um expõe seus saberes e necessidades.

Na obra nós tivemos uma assistente social que deixava bem claro que o trabalho leve não seria exclusivo para mulher. Os trabalhos seriam iguais. Por exemplo, quando tínhamos que carregar aquelas treliças pesadíssimas, os homens pegavam em dois ou três e nós pegávamos em quatro, mas nós pegávamos! A fundação fomos nós que fizemos. [...] Cavamos os mesmos buracos que eles, o mesmo trabalho, o mesmo horário. (QUEIROZ apud FAHHAM, 2017, p.80).

No movimento, tanto no trabalho administrativo quanto nos mutirões, as tarefas são divididas igualmente entre os participantes, independente do gênero, colocando homens e mulheres para exercer as mesmas funções.

O movimento me deu mais garra de lutar. Eu terminei meus estudos em 2007 e tive meu filho em 2009. Depois disso eu não pensava mais em estudar. Achava que do jeito que tá, tá bom. Aí eu vi que não. O movimento dá oportunidade pra muita gente, é só você querer. Eu achava que pra mim tava bom só ter terminado o Ensino Médio, mas aí eu comecei a ver que não, precisava de mais. Conhecimento nunca é demais. Agora tô estudando pedagogia. [...] Tá muito difícil essa rotina toda: estudar, trabalhar movimento e família. Mas eu vou conseguir. (NEVES apud FAHHAM, 2017, p.122).

Assim como Priscila Neves, Cristiane Dantas também está cursando o ensino superior na área de serviço social e voltou a estudar após se inserir no movimento. Esses exemplos e de outras entrevistadas mostraram como a participação no movimento, por meio do conhecimento dos processos, das discussões, da luta ativa e institucional, incentivou que elas retomassem os estudos.

Hoje eu sou assistente social, trabalho, ganho bem, sustento minha casa, ajudo minhas filhas no que precisar. Hoje eu tento criar minhas filhas de um modo diferente. Eu quero incentivar elas a lutar pelo que querem, quero que busquem um companheirismo e o respeito num relacionamento. (QUEIROZ apud FAHHAM, 2017, p.84).

É possível inferir que a formação política trabalhada dentro do movimento de moradia estimulou e empoderou essas mulheres a procurar novas oportunidades e maneiras de viver — desde a busca pela formação educacional até melhores condições de trabalho e independência financeira, mas também por novas formas de se relacionar, que levam consigo e repassam para outras, como conta Roseane:

Apesar de não ter curso universitário, eu me sinto muito preparada porque o movimento me ensinou muita coisa. Então eu digo que o movimento te prepara pra vida. Antes eu era uma pessoa tímida, eu nunca tinha falado muito em público. Jamais pegaria num microfone e hoje não, é uma coisa corriqueira. [...] Então eu acho que a minha maior transformação nesse processo foi como pessoa. E eu levo isso tudo pra dentro de casa e pra minha família. (SANTOS apud FAHHAM, 2017, p.90).

A partir dessas diferentes maneiras de repassar e adquirir conhecimento, da construção das relações sociais dentro do movimento, da participação ativa na transformação social ficam evidentes os ganhos de autonomia e benefícios que a participação no movimento trouxe para a vida pessoal dessas mulheres, possibilitando uma consciência crítica acerca da realidade social.

NOTAS

1. Tempo gasto no trabalho reprodutivo associado ao trabalho produtivo.
2. Construções sociais que atribuem papéis sociais aos gêneros, criando uma relação hierárquica entre masculino e feminino, segundo as quais características e atividades relacionadas aos homens tem maior valor.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, M. D. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.41-52, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: dez. 2019.
- CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, p.965-986, 2014. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2019.
- COMEGMO, M. C. SPMulheres em dados. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.17, n.2-3, p.91-103, dez. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: set. 2019.
- FAHHAM, M. P. D. V. **Mutirão por autogestão e as mulheres**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Escola da Cidade, São Paulo, 2017.
- FERREIRA, K.; SILVA, G. Urbanismo Feminista. **XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR)**, São Paulo, 2017. Disponível em: <anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/xviii.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%209/ST%209.3/ST%209.3-01.pdf>. Acesso em: abr. 2019.
- FUNDO FICA, 2019. Disponível em: <fundofica.org>. Acesso em: dez. 2019.
- GODINHO, T. Feminismo, prática política e luta social. In: PAPA, F.; JORGE, F. **Feminismo é uma prática**: reflexões com mulheres jovens do PT. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p. 17-22. Disponível em: <library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05931.pdf>. Acesso em: out. 2019.
- GONZAGA, T. D. O. **A cidade e a arquitetura também mulher**: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.
- GUERREIRO, I.; MARINO, A.; ROLNIK, R. Custos urbanos, especialmente com moradia, comprometem renda das famílias. **LabCidade**, 2019. Disponível em: <www.labcidade.fau.usp.br/custos-urbanos-especialmente-com-moradia-comprometem-renda-das-familias/>. Acesso em: dez. 2019.
- IBGE. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas — informação demográfica e socioeconômica**, Rio de Janeiro, n.38, p.13, 2018. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: nov. 2019.
- IBGE. Em 2018, mulher recebia 79,5% do rendimento do homem. **Agência IBGE**, 2019. Disponível em: <agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>. Acesso em: dez. 2019.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. H., et al. **Dicionário crítico do feminismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.67-75.
- MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p.483-505, dez. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: out. 2019.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MSTLESTE1. **Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste 1**. 2019. Disponível em: <www.mstleste1.org.br>. Acesso em: set. 2019.
- OIT. **Perspectivas sociales y del empleo en el mundo**: avance global sobre las tendencias del empleo feminino. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2018. p.15. Disponível em: <www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_619603.pdf>. Acesso em: ago. 2019.
- PAULISTA, A. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v.5, p.93-108, 2013. Disponível em: <www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106242>. Acesso em: ago. 2019.
- PELA CIDADE: especial Cidade, Gênero e Interseccionalidade #2. [Locução de]: Luana Pinheiro. [s.l.]: **Pela cidade**, 09 abr. 2019. Podcast. Disponível em: <www.labcidade.fau.usp.br/pela-cidade-especial-cidade-genero-e-interseccionalidade-2-luana-pinheiro/>. Acesso em: maio. 2019.
- PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. **Diferenças, igualdade**. Coleção Sociedade em Foco: introdução as ciências sociais. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009. p.116-150. Disponível em: <edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3100035/mod_resource/content/1/PISCITELLI%20C%20Adriana.%20G%20C%20A%20n%20a%20hist%20C%20B%20ria%20de%20um%20conceito.PDF>. Acesso em: nov. 2019.
- ROLNIK, R. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** 2011. Disponível em: <www.direitoamoradia.fau.usp.br/?p=4671&lang=pt>. Acesso em: set. 2019.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995. Disponível em: <seer.ufrgs.br/educacaorealidade/issue/view/issue/3038/363>. Acesso em: ago. 2019.
- SILVA, C.; ARANTES, R.; FERREIRA, V. **Nosso trabalho sustenta o mundo**. 2. ed. Recife: SOS CORPO, 2012. Disponível em: <soscorpo.org/wp-content/uploads/Nosso-trabalho-sustenta-o-mundo-2013-2a-edicao%20C%20A%2030.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

SOBRE A AUTORA

Arquiteta e urbanista graduada pela Escola da Cidade em 2019.
gftozzi@gmail.com